

**UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE *O VULGARISADOR*:  
JORNAL DOS CONHECIMENTOS ÚTEIS**

Gustavo Alves Bezerra (UERJ)  
gustavozillmann@uol.com.br

**RESUMO**

A linguística é uma ciência recente, datando sua primeira aparição formal e sistemática do *Cours de Linguistique Générale*, de Ferdinand de Saussure, obra publicada em 1916, três anos depois de sua morte. Contudo, antes de ser considerada uma ciência com método e objeto próprios apresentava procedimentos de análise e terminologias oriundos de outras ciências, como a biologia e a física, por exemplo. Exatamente essa imagem de ciência atrelada a outras ciências que é possível depreender de “*O Vulgarizador: o jornal dos conhecimentos úteis*” (revista científica publicada entre os anos de 1877 e 1880). A partir de uma leitura discursiva desse material, pretende-se averiguar como o conhecimento sobre a ciência da linguagem circulava na sociedade brasileira oitocentista, isto é, como era socialmente divulgado. Para tal, busca-se analisar uma seção especialmente dedicada aos estudos linguísticos: “*Philologia Moderna*”, tendo como objetivo verificar a imagem construída para essa ciência em um periódico de divulgação científica do século XIX.

**Palavras-chave:** Análise do discurso. Divulgação científica. Linguística

**1. Introdução**

Nos cursos introdutórios de linguística, assume-se que esta é uma ciência que estuda a linguagem. E, por conseguinte, o cientista que se dedica aos estudos a respeito da língua, da fala e da linguagem é designado como linguista. Hodiernamente, esta assunção é tida como natural, mas nem sempre foi assim. Há dois séculos, quando se falava em linguística, a noção que se tinha era de um campo de estudos que tratava especificamente de gramática comparativa, englobando, sobretudo, a fonética e a morfologia – áreas de estudo que, de uma maneira ou de outro diziam respeito à comparação e à evolução das *línguas indo-europeias*. Em consequência de suas características diacrônicas e comparativistas, alguns teóricos não consideraram os estudos implementados no período (séculos XVIII e XIX) como sendo uma ciência autônoma.

No Brasil oitocentista, as propostas de estudo sobre linguagem, em especial, sobre língua seguiam os rumos, ainda que muito timidamente, ditados pelas sociedades linguísticas europeias, principalmente, a de Paris. É possível encontrar trabalhos de filologia e produção de gramáticas de língua portuguesa. As primeiras menções que se tem sobre divul-

gação de linguística e das ciências da linguagem no Brasil durante o Segundo Império podem ser encontradas em *O Vulgarizador: o jornal dos conhecimentos úteis*, revista publicada de 1877 a 1880 por Augusto Emílio Zaluar. A função da mesma era divulgar, como o nome sugere, conhecimentos científicos úteis à população, a fim de que a mesma se tornasse não apenas mais ilustrada, como também se interessasse mais pelas ciências, vista como o bastião do progresso nacional.

Considerando o exposto, o objetivo deste artigo, parte de uma pesquisa de iniciação científica ainda em andamento, é ler *O Vulgarizador* à luz da análise do discurso de linha francesa a fim de se responder a pergunta: quais são as imagens de ciência da linguagem construída discursivamente no *O Vulgarizador*?

## **2. Quadro teórico de referência**

A análise do discurso constitui-se a partir da interseção de três áreas do conhecimento, a saber: linguística, psicanálise e filosofia (marxismo). Embora áreas não confluentes, cada uma delas foi questionada acerca de um aspecto da linguagem que não conseguiam responder.

A linguística reclama como seu objeto a língua. Para a análise do discurso, diferentemente do que definido por Ferdinand de Saussure no *Curso de Linguística Geral* (obra considerada por muitos como o gesto fundacional da linguística contemporânea), este objeto é apenas parcialmente autônomo. Isto é, embora ela tenha sua ordem própria, ela não é transparente, não há uma relação unívoca pensamento-língua-mundo. A língua é opaca, baça. E é justamente esta opacidade que interessa à análise do discurso.

De acordo com o marxismo, o homem é capaz de fazer história, porém não percebe que os fatos também reclamem sentidos, ou seja, que a história tem seu real afetado pelo simbólico. Ao homem a história não lhe é transparente, embora seja capaz de fazê-la. Dito isto, a análise do discurso procurará trabalhar com a “forma material, que é a forma encarnada na história para produzir sentidos: a forma linguístico-histórica” (ORLANDI, 2012, p. 19).

Outra contribuição importante para a análise do discurso vem justamente do campo da psicanálise. Desta, toma por empréstimo a noção de sujeito – entendido como é clivado, descentrado e afetado pelo real da língua e da história. Este também funciona pelo inconsciente e pela ideo-

logia.

Assim que, como pode ser visto acima, cada umas das três áreas citadas contribuiu de alguma forma para a formação do quadro teórico da análise do discurso. Contudo, é válido reforçar que, embora ela tome de préstimo conceitos das mesmas, não está subjugada a elas:

[A análise do discurso] Interroga a linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o materialismo[,] perguntando pelo simbólico[,] e se demarca da psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como naturalmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele. (ORLANDI, 2012, p. 20)

O objeto da análise do discurso é o discurso, definido como “efeito de sentido entre locutores” (ORLANDI, 2012, p. 21). O que isto quer dizer? É muito comum ouvir-se alguém dizer “não foi isso que eu disse/quis dizer” ou ainda “você me entendeu errado”. Poder-se-ia dizer mesmo que estas produções são exemplares para se explicar o conceito de discurso. É bem sabido, em âmbito do senso comum, que não se tem acesso à mente do locutor, logo, isto implica dizer que o que ele quis dizer ou não quis dizer só é sabido por ele mesmo e por mais ninguém. O interlocutor só tem acesso ao que foi dito, não ao que foi pensado. Acontece que este dito é atravessado por outros dizeres, enunciados antes, alhures. A fim de proceder às análises da materialidade linguística sob o referencial teórico e metodológico da análise do discurso, faz-se necessário considerar as condições de produção do discurso, a ideologia, a historicidade, o silêncio, o jogo de imagens, visto que esses conceitos corroborarão para a compreensão da produção do efeito de sentido entre interlocutores.

Um enunciado não pode ser entendido *per se*, ou seja, ele apenas não é suficiente para produzir efeito de sentido (que seja perdoada a excessiva repetição, mas será salientado mais uma vez que a língua não é transparente). Precisa-se de um *contexto*. A isto se dá o nome de condições de produção do discurso, ou seja, em quais circunstâncias um enunciado foi produzido. Para citar alguns elementos constituintes das condições de produção: o contexto histórico, o contexto geográfico, o contexto social, o contexto institucional, o contexto político, os sujeitos envolvidos, o referente discursivo.

Um enunciado como “Vendem-se escravos” não é capaz de produzir efeitos de sentido sozinho, ou melhor, por si só. Se se trata de um enunciado de um jornal do Brasil imperial (da mesma época de *O Vulgarizador*), tem-se um efeito de sentido. Se se trata de uma manchete de um

jornal sensacionalista atual, tem-se outro – provavelmente sobre imigrantes clandestinos, trabalho escravo em carvoarias. E mesmo neste último caso, alterando-se o contexto geográfico (ao invés de no Brasil, fosse na África), se tem outros efeitos de sentido.

O discurso não pode ser considerado um conjunto de frases portadoras de várias significações. Ele é um processo que se desenvolve em determinadas conjunturas sócio-históricas, é o lugar em que a ideologia se materializa e estabelece relação com a língua, produtora de sentidos por e para sujeitos. Como já foi comentado, os efeitos de sentidos só são produzidos na relação entre os sujeitos. Para análise do discurso, o sujeito se relaciona com a língua e é afetado pela ideologia – entendida como o mecanismo de construção de sentidos naturalizados, transparentes para serem interpretados como evidências. Segundo Maria Cristina Leandro de Ferreira, a ideologia é um

elemento determinante do [sentido] que está presente no interior do [discurso] e que, ao mesmo tempo, se reflete na exterioridade, a ideologia não é algo exterior ao discurso, mas sim constitutiva da prática discursiva. Entendida como efeito da relação entre sujeito e linguagem, a ideologia não é consciente, mas está presente em toda manifestação do sujeito, permitindo sua identificação com a [formação discursiva] que o domina. Tanto a crença do sujeito de que possui o domínio de seu discurso, quanto a ilusão de que o sentido existe como tal, são efeitos ideológicos. (FERREIRA, 2005, p. 17)

A definição de discurso traz juntamente consigo a definição de sujeito. Locutor e sujeito não são o mesmo para a análise, uma vez que falante faz referência ao mundo físico e a lugares (situações) empíricos.

A análise do discurso não trabalha tais situações, antes com posições discursivas. Uma posição discursiva nada mais é do que a imagem que se tem do locutor/interlocutor. “E elas significam em relação ao contexto sócio-histórico e à memória” (o saber discursivo, o já-dito) (ORLANDI, 2012, p. 40), do referente, do contexto imediato e do sócio-histórico, da língua. Em relação ao material de análise, pode-se falar da posição do cientista da linguagem e da posição do leitor do periódico, por exemplo.

O sujeito não apenas tem uma imagem da posição discursiva do interlocutor, como também tem uma imagem da sua própria posição discursiva, assim como uma imagem da imagem que o interlocutor tem das suas posições discursivas.

Como já foi indicado, o sentido não é algo que exista *per se*, antes é um *constructo* sócio-histórico-ideológico, i.e., o(s) sentido(s) que uma

palavra/as palavras pode(m) assumir dependem das condições de produção do discurso. Daí pode se dizer que “as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam” (ORLANDI, 2012).

Cada sujeito identifica-se em uma (ou mais) matriz de e está situado em um contexto sócio-histórico. Estes elementos delimitam aquilo que ele pode ou não pode dizer. Ora, um homem do século XXI que acredita na igualdade dos homens pode dizer que acredita que todos os homens são iguais em capacidades, mas não pode dizer que acredita que seja possível escravizar outros homens, tendo como base que alguns sejam superiores a outros, ou ainda que alguns não possuam condições intelectuais equiparáveis a outros. Trata-se de uma noção teórica muito cara a análise do discurso: o conceito de formação discursiva – definida como “aquilo que numa dada formação discursiva [...] determina o que pode ou não pode ser dito” (*Idem, ibidem*).

Outra noção que merece destaque é a de historicidade. Antes de tudo, em análise do discurso não se deve confundir história com historicidade. Embora pareçam duas palavras diferentes que veiculam o mesmo sentido, são conceitos completamente diferentes. História é um produto do sujeito, ou seja, o sujeito cria história e esta tem uma materialidade, a qual não lhe é visível. Isto equivale a dizer que os fatos da história são simbólicos e, como todo símbolo, reclamam sentidos. Já a historicidade tem a ver com o modo pelo qual a história se insere na linguagem. A historicidade seria, então, a mediadora entre linguagem e história. De acordo com Maria Cristina Leandro de Ferreira (2005), historicidade é o:

Modo pelo qual a [história] se inscreve no discurso, sendo a historicidade entendida como a relação constitutiva entre [linguagem] e história. Para o analista do discurso, não interessa o rastreamento de dados histórico em um texto, mas a compreensão de como os [sentidos] são produzidos. A esse trabalho dos sentidos no texto e à inscrição da história na linguagem é que se dá o nome de historicidade. (FERREIRA, 2005, p. 17)

Após apresentação do quadro teórico de referência, uma pergunta se impõe: como é possível compreender como os sentidos de linguística são produzidos em *O Vulgarizador*?

### **3. *O Vulgarizador***

*O Vulgarizador: o jornal dos conhecimentos úteis* foi uma revista de cunho científico, cujo principal objetivo era divulgar o conhecimento e inovações científicas para a população leitora brasileira. A ciência era

vista à época como um facilitador/mediador do progresso nacional. Sua publicação coincide com o auge do processo de industrialização brasileiro, e com o Segundo Reinado. O próprio Imperador D. Pedro II era um fervoroso sectário da ciência e suas aplicações industriais.

Quanto a seu idealizador, Augusto Emilio Zaluar, ele era um português que cursou a Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa. Pouco tempo depois de se formar, emigrou para o Brasil, onde se constituiu como literato e jornalista de prestígio, tendo se relacionado com autores de prestígio como Alexandre Herculano, Machado de Assis e José de Alencar. (VERGARA)

A obra do referido autor se destaca pela implementação de novas tecnologias, como imagens transplantadas de chapas de zinco e cobre, o que permitia ao leitor uma maior compreensão do assunto (*Idem, ibidem*).

É importante salientar que esta é uma revista de divulgação científica no Brasil do século XIX, ou seja, no Segundo Reinado. O país ainda era escravocrata e essencialmente agrícola. Apenas homens brancos detentores de posses e títulos liam e escreviam à época. *O Vulgarizador* era acessível apenas a uma pequena parte da população.

O periódico oferece a oportunidade de se compreender como o conceito de ciência da linguagem foi desenvolvido ao longo do século XIX, o qual foi marcado por um aumento significativo das pesquisas científicas, do rigor do método científico e do interesse pela ciência em geral. Ao analisar suas condições de produção, é possível que o analista do discurso depreenda como a ciência da linguagem se desenvolveu em um país escravocrata e basicamente agrícola como o Brasil.

As análises a serem realizadas dirão respeito à seção intitulada “*Philologia moderna*”, escrita pelo filólogo, gramático e educador Boaventura Plácido Lameira de Andrade. É nessa seção que se busca compreender a imagem de linguística que é construída na revista.

Deve-se registrar que *Philologia moderna* é a seção d’*O Vulgarizador* que trata da língua, origem das línguas, em suma, tudo relativo à língua interessava a esta seção. Diferentemente da linguística saussuriana, a linguística enunciada na seção *Philologia moderna* tem como objeto de estudo a evolução das línguas, entendidas como seres vivos. Nesse momento, a linguística lhe carecia uma terminologia adequada. Uma forma de lhe conferir mais prestígio e credibilidade era tomar de présti-

mo uma terminologia já existente e comprovadamente funcional, ou seja, a das ciências biológicas e naturais: *raiz* da palavra, *língua morta*, *dissecação* etc., como podemos observar nos trechos recortados:

T1: *as raízes são typos phoneticos irreductíveis* (p. 149)

T2: *O exemplo d'esta minuciosa dissecação nos conduz á duas inferências [...]* (p. 148)

A imagem de ciência que se constrói é uma que tem que passar pelo crivo de outras ciências já validadas social e historicamente, antes de poder ser legitimada como uma ciência independente. É uma ciência que necessita ser capaz de remontar às origens de seu objeto difuso e ser capaz de destrinchá-lo como se fosse um organismo vivo em estágio evolutivo.

#### 4. Conclusão

*O Vulgarizador* é um material relativamente extenso, então estas conclusões são preliminares. O *corpus* evidencia uma ciência da linguagem ainda em estado de autoafirmação. Esta ciência tenta pegar emprestada a credibilidade de outras ciências mais clássicas e aplicar sobre si mesma seus métodos de pesquisa.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA, Maria Cristina Leandro de. *Glossário de termos do discurso*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de discurso: Princípios & Procedimentos*. Campinas: Pontes, 2012.

VERGARA, Moema. *O Vulgarizador*. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/teorialiteraria/1861690>>. Acesso em: 15-02-2013